



Ata da reunião ordinária do plenário do Conselho Municipal de Políticas Sobre Drogas e Álcool do Município de São Paulo - COMUDA.

Data: 18 de maio de 2023, das 14h às 17h.

Local: Auditório da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social

LISTA DE PRESENÇA

Conselheiros presentes

	Nome/E-mail	Instituição
1	Carolina Jessica de Silva Salado csalado@crefito3.org.br	Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (CREFITO-3)
2	Cecilia Motta cecimotta@uol.com.br	Projeto Quixote
3	Cristiano Avila Maronna cmaronna@msm.adv.br	Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo (OAB/SP)
4	Isabel Figueiredo Pereira de Souza ifpereira@prefeitura.sp.gov.br	Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS)
5	Ricardo Luiz Iasi Moura ricardomoura@prefeitura.sp.gov.br	Secretaria de Governo Municipal
6	Silvia de Oliveira Santos Cazenave silviacazenave@gmail.com	Conselho Regional de Farmácia de São Paulo (CRF/SP)
8	Marcos Muniz de Souza mmuniz.souza@gmail.com	Conselho Regional de Psicologia (CRP/SP)
11	Maria Izabel Fernandes	Comissão Extraordinária Permanente de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania
15	Guilherme Trevisan Kortas gtkortas@gmail.com	Programa do Grupo Interdisciplinar de Estudos de Álcool e Drogas (GREA/USP)

Conselheiros ausentes (com justificativa)

	Nome/E-mail	Instituição
1	Cláudia Ruggiero Longhi claudialonghi@prefeitura.sp.gov.br	Secretaria Municipal de Saúde (SMS)
2	Michel Rodrigues dos Santos Ferreira (se desligou da Secretária)	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho (SMDET)
3	Guilherme Peres Messas gmessas@gmail.com	Comitê para Regulação do Álcool (CRA) - Faculdade de Ciências Médicas da Santa

		Casa de São Paulo
4	Alcione Moreno alcionem@uol.com.br	Fundação Porta Aberta
5	Renato Viterbo renatoviterbo103@gmail.com	Associação da Parada do Orgulho LGBT de São Paulo
6	Bruno Saraiva Santana	Secretaria Municipal de Cultura
7	Isabela Marques Lemos	Coord. Políticas de Drogas/SMDHC
8	Danilo Polverini Locatelli danilo.locatelli@uol.com.br	Núcleo de Pesquisa em Saúde e Uso de Substâncias - Universidade Federal de São Paulo (NEPSIS/UNIFESP)
9	Regianne Cristina Ferreira regiane@cress-sp.org.br	Conselho Regional de Serviço Social de São Paulo (CRESS/SP)
10	Márcia Helena Matsushita mmatsushita@sme.prefeitura.sp.gov.br	Secretaria Municipal de Educação (SME)

Conselheiros ausentes (sem justificativa)

	Nome/E-mail	Instituição
1	Amanda Cardoso Silva amandacardoso@prefeitura.sp.gov.br	Secretaria Municipal de Esportes, Lazer (SEME)
2	Felipe Becari Comenale felipe.becari@saopaulo.sp.leg.br	Com. Saúde Prom Social Trab Mulher
3	Francisca Henrique de Oliveira francisca.oliveira@saopaulo.sp.leg.br	Comissão Extraordinária Permanente da Criança, Adolescente e da Juventude
4	Ricardo Abrantes do Amaral ricardo.amaral@hc.fm.usp.br	Conselho Regional de Medicina de São Paulo (CREMESP)
5	Euclides Conradim econradim@prefeitura.sp.gov.br	Secretaria Municipal de Segurança Urbana (SMSU)
6	Vanessa Santos vanessa.s@aliancasocial.org	Associação Aliança de Misericórdia

OBS.: Aguarda-se a indicação dos representantes do CONED (Poder Público e Sociedade Civil).

Demais presentes

	Nome/E-mail	Instituição
1	Cecília Galício ceciliagalicio@hotmail.com	ACUCA
2	Michel Willian de Castro Marques	ABORDA/É de Lei
3	Ariane Albuquerque	CPD/SMDHC
4	José Ribamar F. Raposo	Polícia Civil
5	Juliana Machado	Estudante de Psicologia - Assessoria Coordenação Executiva
6	Maria Angélica Comis	Centro de Convivência - É de Lei
7	Darcy Costa	Conselho Nacional de Direitos Humanos
8	Adilson	MNLA

ABERTURA

INFORMES

PAUTA ÚNICA

- Relatório Final do GT Espaço de Uso.

DISCUSSÃO

1 ABERTURA

Marcos inicia a reunião apresentando o material e informando que o documento da nota técnica foi enviado, no qual explica a construção desse documento através do GT - Espaço de Uso Supervisionado. Esclarece que foi um ano de trabalho dedicado, embasado em argumento jurídico e técnico que fundamenta o projeto, sendo que essas argumentações surgem a partir do trabalho do grupo. Comenta que ao longo desse processo, compreenderam que a principal recomendação é a instituição de um CECCO - Centro de Convivência e Cooperativa, focado especificamente em álcool e outras drogas. Reforça que todas as informações estão indicadas no relatório, inclusive a inexistência de um CECCO AD no centro e na cidade de São Paulo. Dentro desse contexto, destaca outras recomendações que necessitariam ser articuladas com outras políticas públicas, principalmente as relacionadas a abrigo, moradia, unidades de acolhimento, espaços de autocuidado e acolhimento para questões motoras para o pessoal da cracolândia, entre outras que

constam no documento. Informa sobre a votação que será realizada hoje e abre espaço para considerações ou comentários.

2 PAUTAS

2.1 - Relatório Final do GT Espaço de Uso

Ricardo Iasi parabeniza o grupo pelo trabalho realizado, porém, diz que o tempo que os conselheiros tiveram para analisar o trabalho foi muito escasso e não entendeu a necessidade de se ter uma reunião extraordinária para tal demanda, acreditando que isso poderia ser tratado na próxima reunião. Comenta que a reunião está totalmente esvaziada e não há conselheiros para o quórum mínimo. **Marcos** responde que há oito. **Ricardo Iasi** discorda, informando que o quórum é nove, mas que isso será tratado posteriormente. Em relação ao documento, menciona que na página quatro, sobre a Operação Caronte, constam violações dos direitos humanos, porém, acredita que a operação foi deflagrada pela polícia civil, discordando do relatório. Na página cinco, onde diz que “a atuação do poder executivo municipal seria predominantemente marcada pela atuação da segurança pública”, acha que não concorda com o que consta no documento ser predominantemente de segurança urbana. Sobre a página 26, diz que é uma iniciativa inédita e que isso já foi discutido nas últimas reuniões, enfatizando que não concorda com este trecho no documento. No que tange às unidades de acolhimento referidas na página 30, acha importante frisar que elas já existem no município. **Marcos** pergunta se o documento não menciona a região central, pois acredita que são mencionadas as relações dos serviços e que há três no centro. **Ricardo Iasi** fala sobre a implementação de um hotel social mais próximo do fluxo de usuários no centro e que essa estratégia já se revelou fracassada no programa anterior, especialmente pela proximidade do fluxo de usuários, que dificultava ainda mais a redução dos danos. Enfatiza que é crítico nesse ponto e que gostaria de deixar registrado que as diversas propostas que constam no relatório já são ofertadas pela prefeitura através do Programa Redenção. Informa que enviará por escrito no grupo para reflexão. **Marcos** pergunta a Ricardo sobre a ideia do CECCO AD. **Ricardo Iasi** responde que não tem uma opinião sobre esse ponto por não ter conhecimento. **Carolina** pergunta se ele chegou a olhar a portaria, se já visitou algum Centro de Convivência. **Ricardo Iasi** responde que não visitou nenhum CECCO. **Carolina** informa que o centro de convivência é um serviço público, de extrema importância para o município. Diz que é crucial conhecer os equipamentos, especialmente para aqueles que propõem políticas públicas para pessoas em situação de vulnerabilidade. Faz um convite a Ricardo para conhecer o equipamento mais próximo, que fica no Ibirapuera, e o CECCO da Mooca. **Ricardo Iasi** diz que conhecerá tanto o CECCO como o É de Lei. **Wagner** comenta que acha interessante todo o destaque dado ao CECCO, reforçando a potencialidade do serviço. Acrescenta que atualmente contam com 24 CECCOS em todas as regiões e destaca que no centro não há esse equipamento considerado potente, que poderia agregar frente aos desafios enfrentados atualmente. Informa que o CECCO, conforme a portaria publicada, é um equipamento voltado para todos, não se denominando, por exemplo, CECCO

IDOSO, assim como lhe causou estranhamento o CECCO AD. Enfatiza que a proposta do CECCO deve se manter como um CECCO aberto a todos, inclusive às pessoas com dificuldades relacionadas ao consumo de substâncias. Refere que a especificação de um CECCO AD talvez traga novas questões que até então no momento são inéditas. **Marcos** pontua a colocação de Wagner quando ele se refere à especificação que o AD traria consequências, perguntando que tipo de consequências ele acha que traria se fizessem essa especificação AD para além do CECCOS. **Wagner** relata sua experiência no território da zona norte, informando que em Pirituba há três CECCOS com perfis diferentes, mas com a mesma proposta, citando alguns exemplos. Comenta que sobre a especificação e que a potência do equipamento é a convivência entre os diferentes e os iguais. **Marcos** diz que é importante essa observação! **Cecilia Motta** comenta que, na região central, espera-se que a população atendida seja de extrema vulnerabilidade. **Guilherme Kortas** fala que a ideia do CECCO e do modelo de espaço de uso é interessante, porém, o departamento entende que seria importante ter uma validação científica do modelo para avaliar os riscos e o impacto disso na comunidade. Reforça que sente falta de algum estudo que passe pelo comitê de ética e que depois seja validado por pares. **Cecilia Motta** enfatiza que é uma ótima ideia, inclusive para incorporar a proposta de tentar acoplar uma pesquisa. **Carolina** pergunta a Guilherme se ele chegou a ver uma pesquisa com participações de universidades, pensando nessa demanda trazida. Complementa a fala de Wagner, que é uma inovação no sentido de que pensaram numa proposta para esse território com uma demanda extremamente específica. **Guilherme** responde que o departamento entende que seria importante ter primeiro um modelo testado e validado, para depois virar política pública, e não o contrário. **Carolina** diz que o ideal é que, antes de se implementar um serviço público, tivessem um, mas que a RAPS é uma construção de muitos anos. Reforça que atualmente há diversos estudiosos, cada um com seu ponto de vista sobre o que já está implementado, mas que já existem políticas que garantem o direito das pessoas aos serviços. Comenta que o SCP também poderia ter sido estudado. **Marcos** responde a Guilherme que a proposta partiu de ser um serviço conhecido, que já está na RAPS na portaria 3.080, e quando levaram essa proposta ao CECCO, já havia essa subjacente. Informa que deixaram de colocar duas referências específicas sobre o CECCO que são grandes estudos, focando somente na portaria, que é um estudo do CRP do Rio de Janeiro e o CRP São Paulo, e que em 2015 fizeram um documento sobre os centros de convivência, muito importantes. Informa ainda que não colocaram no documento, mas têm as referências citadas e, caso haja interesse, podem repassar. **Cecilia Motta** cita o Pixote, que tem 27 anos de existência, sendo ele precursor do CAPS, saúde mental na infância, álcool e drogas nessa população, e que atua no centro, realizando todo o trabalho com crianças, e que a política pública não faz nada. Fala que a imprensa e a população em geral acham que as crianças vão para a rua por conta das drogas, sendo que as drogas aparecem em 4º lugar. Comenta sobre a secretária Marta Godinho e reforça a importância de a academia ser consultada com mais frequência para pensar em políticas públicas. **Marcos** reforça a fala citada por Carolina que coloca como recomendação às instituições de ensino superior que possam continuar acompanhando essa implementação. **Cristiano Marrona** informa que enviou no grupo dos conselheiros algumas referências de evidências científicas a respeito do tema que foram

compartilhadas por Angélica. Fala sobre o Brasil não ter a mesma realidade que outros países, como o Canadá, por exemplo, mas que a premissa é a mesma, ou seja, ter uma abordagem de redução de danos. Pontua os questionamentos do Ricardo Iasi em relação à operação Caronte. Diz que o prefeito Bruno Covas e Ricardo Nunes empreenderam essa campanha na cracolândia juntamente com o governo do estado, alegando que a questão seria resolvida, porém o que se percebeu foram velhas ideias recicladas como se fossem novidade. Aponta que a operação Caronte, que tem um apelo midiático muito grande, não tem nenhum significado prático. Sobre a avaliação de sucesso x fracasso, pela métrica de uma avaliação honesta e lógica, a operação não mudou a realidade de que as drogas chegam nessas pessoas, prendendo ou não prendendo. Enfatiza que a relação de direitos humanos é importante lembrar, e que é necessário registrar como essa política pública foi sendo implementada ao longo do tempo. Informa que o primeiro vídeo da Craco Resiste, encaminhado para a ação civil pública enviada pelo Ministério Público, mostrou, em um período de duas semanas, violações de direitos sistemáticas por parte da Guarda Civil, não sendo um caso isolado, e que políticas com uma dispersão em massa, obrigando as pessoas a andarem, o que, ao seu ver, é uma grave e sistemática violação de direitos humanos, gerou um resultado desastroso para a cidade, aumentando o número de furtos, violência e insegurança. Diz não saber qual métrica deverá ser avaliada para que a operação seja considerada bem-sucedida, além de reforçar as abordagens e prisões ilegais. **Isabel** diz que achou muito interessante o comentário de Wagner e que consegue pensar nos equipamentos de convivência que se têm na política socioassistencial. Comenta sobre os núcleos de convivência da população em situação de rua, um serviço de média complexidade que tem um papel muito importante, inclusive no sentido de vinculação e sensibilização de pessoas que não querem ser acolhidas. Destaca a importância dos profissionais desses serviços conseguirem ter o manejo e toda uma expertise. Diz que se fizessem esse equipamento na SMADS seria um Núcleo Pop Rua AD ou conseguir entender a dinâmica territorial e fazer algum tipo de matriciamento, de fortalecimento naquela equipe para lidar com as demandas que o território traz. Pontua sobre a colocação de Wagner até na perspectiva de inclusão, de conseguirem na convivência ter o que é diferente. Parabeniza a elaboração do documento e que de fato está muito robusta e cita a parte que fala da rede existente, entendendo que existe um foco para o território que é o da Luz, mas que sentiu falta de ter mais sobre o SIAT III. Diz que depois ele é mencionado em oposição ao hotel e sabe que o SIAT III está em outros territórios, mas que eles fazem parte de uma lógica de atendimento integrado desses níveis de atendimento e acha que o SIAT III está produzindo coisas bastante interessantes, acreditando que talvez pudesse ser um ganho importante para o território. Finaliza dizendo que, na parte da relação de serviço, o parágrafo que cita “regulamentado recentemente através de portaria municipal pertencente ao Programa Redenção...”, se está fazendo uma afirmação de que o serviço é pouco efetivo, para o documento ser embasado é preciso que seja em cima de dados.

Angélica comenta sobre o hotel social do centro que foi sugerido e sua importância. Informa sobre a existência de um dos hotéis que ainda funciona na Rua do Triunfo, destacando um ponto importante do SIAT III do centro. Sobre as salas de uso, informa que estava em Viena e houve uma discussão sobre os espaços de uso que mencionam que nos estudos científicos existentes

desde 1987 não houve nenhuma morte por overdose e que a chance dela não morrer é de 100%. Pontua que é interessante pensar que em todas as salas de uso, não foram implementadas como política pública diretamente; primeiro, fizeram um projeto piloto avaliado e depois implementado. Acredita que esse documento teve um caráter de recomendação para que o poder público implemente um projeto piloto ou contribua para a implementação que não seja do poder público, especificamente, mas que seja avaliado com uma universidade. Sobre a fala do Ricardo referente à atuação do Redenção, diz que se for no território verão que está cercado de polícia da Secretaria de Segurança Urbana. Referente à fala do Wagner sobre o centro de convivência, em 2021, participou do Encontro Nacional do Centro de Convivência, dizendo que foi interessante porque muitos CECCOS estavam contando as experiências no atendimento online e pensando sobre a população atendida por ela, porque a maioria dos CECCOS (Rio de Janeiro, São Paulo, em várias capitais) não conversava sobre a lógica da redução de danos, nem da convivência das pessoas que usam drogas e que tiveram vários embates nesse encontro justamente falando da convivência das pessoas que usam drogas e como fez parte do GT, algo que enfatizou era justamente nesse sentido de observar a experiência do CECCO que não conversavam com a população atendida. Reforça que o É de Lei é um centro de convivência e não um CECCO. **Carolina** agradece a fala da Angélica e acredita que é importante contar um pouco mais para todos dessa construção do GT. Concorde com Isabel quando ela fala sobre as experiências no território central e sobre o questionamento do Wagner. Informa que trabalhou na supervisão técnica de Saúde da Sé e o CECCO é uma demanda antiga que o centro tem, o único território de São Paulo que não tem o CECCO. Diz que, ao tentarem construir esse documento, o foco foi na demanda atual, mas deixa claro que o COMUDA não se resume à cracolândia e que isso é algo importante a ser colocado, mas a cracolândia hoje tem um impacto internacional. Retoma a fala da Angélica e respondendo a Wagner e Isabel, eles entendem que os outros serviços têm muita potência e que em nenhum momento desejam tirar essa potência ou diminuir o trabalho, mesmo que seja do SCP. Na verdade, o que se tem questionado é o porquê de um investimento tão alto como no serviço do SCP, mas que o objetivo do COMUDA não é bater no SIAT, no Programa Redenção. Esclarece que o olhar do COMUDA é técnico e que trabalha há 20 anos com saúde mental, assim como Marcos, Sílvia, Angélica e outros, entendendo que hoje, um centro de convivência dentro dessa demanda precisa ter uma especificidade. Sobre a experiência do É de Lei, foi pensado a partir da experiência deles, entendendo que eles também necessitam de um cuidado muito específico e retoma a fala da Angélica do quanto foram pensando sobre as salas de uso que oferecem vários recursos e tecnologias. Entendem que o CECCO AD especificamente seria muito importante, contemplando essas pessoas. Por fim, diz que é necessário propor algo diferente e inovador e que possuem potencial para que isso seja concretizado. **Cecilia Motta** concorda com Carolina, mas acredita que, em primeiro lugar, a abordagem que, se for pensar, é a escuta, pois esquecem da subjetividade do sujeito e que eles têm um sofrimento real, e cada indivíduo tem sua demanda específica. Silvia considera, primeiramente, que toda construção foi baseada em conhecimento científico já produzido de alguma maneira. Acredita que é importante e que adoraria ter todos os dados do que necessitam para a implantação de uma política pública adequada e que têm urgência nisso. Em relação ao segundo ponto, informa que achou

muito interessante a fala do Wagner que a fez lembrar da experiência de Campinas como os Centros de Convivência e que a população em geral tem resistência em frequentar o mesmo local que as pessoas que fazem uso de SPA e pensar em rever algumas coisas é importante, reforçando as colocações da Carolina. Fala que, por mais que São Paulo tenha os serviços mencionados, não é suficiente para dar conta da necessidade da cidade. **Marcos** comenta sobre Izabel Cristina Lopes, idealizadora do CECCO em São Paulo, e relembra sobre a primeira vez que viu sua palestra, onde ela dizia que os CECCOS são em parques públicos porque ninguém pede o RG para entrar num parque, justamente por ser aberto a todos, e que tem a perspectiva de terem que especificar a questão do AD para o território. Reforça sobre o que foi colocado no grupo relacionado às diretrizes da necessidade de se ter um grupo de trabalho e a implementação dessa possível política pública para pensar essas questões maiores. **Wagner** diz que percebe todo o cuidado e não esperava menos do COMUDA. Sobre o CECCO na região central, pensa num local onde pessoas em situação de rua possam entrar, independente da questão do consumo ou não da substância, e se conseguir abarcar esses dois públicos seria uma potência e muito específica da região central. **Carolina** destaca que não será como o CAPS e que a proposta do CECCO é complementar para todo esse público, uma intervenção clínica de cuidado a partir da perspectiva das pessoas que têm questões como uso de álcool e drogas. **Marcos** informa sobre a diferença desse documento para pensar no CECCO maiores, porém, acha que a observação foi super pertinente para o grupo que for levar isso adiante. Sugere suprimir o parágrafo do SCP. **Cecília Galicio** diz que a ausência desses dados não é uma falha, pois de fato esses dados não existem. Informa que nas primeiras visitas ao SCP, tiveram bastante dificuldade de obter quem forneceria esses dados. Comenta sobre a reunião da semana passada e que hoje está acontecendo uma reunião a respeito dos indicadores e dos relatórios que serão apresentados, que não existiam, e na reunião passada souberam que eles existem, e a sua sugestão é a inclusão dos dados e a exclusão do referido parágrafo, pois se eles têm, deve ser usado. Comenta que o Alex estava presente e promoveu a divulgação desses dados: 89 internações e 45 altas. Acredita que o COMUDA tem condição de colocar esses dados a partir dessas informações. Marcos diz que não tem objeção, mas que talvez o destaque seja o CECCO AD. Acredita que poderiam deixar para a comissão de acompanhamento. **Cecília Galicio** pontua a questão de terem incluído a referência ao SCP como uma espécie de indicação. Por exemplo, se tem um serviço que não passou pela participação e pelo controle social, implementado com abstinência fora da RAPS, qual seria a justificativa de oferecerem e ofertarem como recomendação um serviço que está mais embasado na política de saúde mental? Acredita que tirar o SCP, um dos motivos pelos quais fizeram essa recomendação, chegaram à conclusão do que o COMUDA pode fazer nessa situação e que se existem políticas que estão sendo construídas sem a participação deste conselho, qual seria o papel do COMUDA? Acredita que a intenção de suprimir os dados do relatório vai contra o próprio motivo pelo qual estão fazendo essa recomendação. **Marcos** concorda e diz que podem colocar uma nota de rodapé com esses dados, pois acredita que quando a Cecília comenta sobre a reunião passada onde foi falado em 45 altas, a primeira coisa que disse é que precisam qualificar essas altas, questionando o que significa alta dentro desse serviço, qual a porta de saída e que isso tem que ser discutido. Cecilia reforça que só para constar, o COMUDA

não foi convidado para esta reunião e que esteve presente enquanto representante da Comissão de Direitos Humanos da OAB. **Marcos** diz que vão incluir os dados objetivos relacionados aos indicadores do SCP a partir do envio dos dados da Secretaria de Governo e Secretaria de Saúde, que possuem alguns dados de implementação, e que será colocado essa referência em uma nota de rodapé. Isabel compreende em manter e entende o contraponto no sentido dos atores que estão envolvidos na formulação da política pública e que acha que é a proposta do documento, um serviço de convivência que o SCP se propõe a ser, com ofertas muito distintas, mas pensando no mesmo sujeito a partir de demandas diferentes. Alerta só para o cuidado de não parecer que o CECCO é uma proposta inversa ao SCP, porque são ofertas muito diferentes e que cabem dentro da mesma política. Informa que tirou como síntese desse documento algo discutido no núcleo técnico do Programa Redenção, que na sua visão o programa avançou muito em relação à população intersectorial e que um serviço como o SIAT II é algo que nunca se viu nessa cidade. Fala sobre a secretaria de trabalho com toda questão do Programa Redenção e as inserções para qualificação profissional e que na sua visão existe uma lacuna que o programa ainda não conseguiu alcançar que é a da convivência, uma segurança socioassistencial, questão afiançada pelo SUAS e que para o COMUDA é muito caro, sabendo que a saúde tem também as suas experiências com a convivência e o que entende sobre essa proposta para além da questão de ser um CECCO é que precisam pensar em ofertas do Programa Redenção no sentido da convivência e não sabe o quanto ser um equipamento da secretaria da saúde que é pensado, reformulado para ser uma oferta específica para a AD, mais ou menos interessante do que pensar em uma nova tipificação de um serviço que integre de fato as secretarias num arranjo que seja híbrido e acredita que a assistência social também tem um acúmulo importante em serviços de convivência com todas as fragilidades do SUAS. Diz que independente dessa proposta ser ou não implementada, como ela foi pensada na reunião como CECCO, fica um pouco essa questão da convivência, o lugar da convivência no Programa Redenção. **Marcos** complementa de não ser tão específico pelo viés da saúde, pela Rede de Atenção Psicossocial, sendo algo mais intersecretarial para uma possível proposta dessa. **Isabel** diz que sem dúvidas é preciso desse contorno e desse manejo que os profissionais da política de saúde dão para esses usuários. Enfatiza que o que se tem avançado nas discussões do serviço socioassistencial fica fragilizado pelas demandas que não estão conseguindo responder e quando avançam nessas soluções integradas ganham muita coisa. Acredita que esse é o grande ganho do Programa Redenção.

Wagner reforça que embora tenham a portaria do CECCO esse viés transversal em diversas secretarias, o aporte para todos os CECCOS do município é da saúde, a essência dele e o propósito é que seja uma junção de diferentes secretarias e especificidade, agregando os atores. Aproveita para trazer uma notícia da paramentalização sobre os dados do SCP, que atualmente a área técnica foi ao equipamento onde tiveram uma reunião e realizaram uma apresentação de acordo com os procedimentos do SIGA, seguindo todos os parâmetros do município de ser feito o lançamento da produção, das ações, dos indicadores de produção de qualidade via sistema, principalmente com o intuito de construir uma base de dados confiável, com indícios sobre a epidemiologia que possa fazer o acompanhamento do serviço, da mesma forma que os CAPS e CECCOS hoje são

acompanhados. **Carolina** acredita que sejam duas discussões, uma questão é como viabilizam a implementação dentro de uma lógica de investimentos e a outra discussão que não é qualquer centro de convivência que a nota técnica está indicando, é um centro de convivência a partir da metodologia de trabalho que hoje quem faz é o CECCO da saúde, do cuidado clínico e reforça que hoje quem sabe fazer isso é este CECCO, por essa ocasião que tem o embasamento jurídico. Informa que existe uma demanda da população que precisa de um olhar, de uma metodologia de trabalho que a saúde que sabe fazer, porém isso não impede de discutir esse financiamento e se a assistência vai investir. **Cecilia Galicio** reforça a importância de não deixar de fora os usuários em momento algum. Comenta sobre a criminalização excessiva do uso de substância e que pensando sob o ponto de vista do usuário, essa proposta também tem a ver como os tratam e sabe como eles são tratados. Sobre a questão da operação caronte, teve o desprazer de acompanhar uma prisão de 19 usuários e que quando mencionam a questão da caronte neste documento e associam isso a essa proposta, estão falando como o poder público enxerga essas pessoas, ofertando com eficiência somente a cadeia. Pontua que quando se cria política pública e o destinatário é um usuário, nem as pessoas presentes na reunião os ouvem, enfatizando a questão da criminalização do uso de drogas, que precisa realmente ser revista dentro dos processos da saúde e da assistência. No que refere a proposta do CECCO AD é justamente para que o usuário desse serviço não se sinta criminalizado. Sobre a sala de uso em São Paulo, diz que seria um local onde a polícia não violentasse as pessoas e ressalta que quem quiser saber como os usuários são tratados é só ir até a cracolândia. **Cecilia Motta** diz que tudo isso só acontece por ser uma droga ilegal, o álcool é muito mais disseminado na população e é legalizado. Menciona que presenciou 30 operações caronte e só mudaram de nome. Fala que a operação em si faz parte da segurança, o problema é que essas operações ocorrem sempre da mesma maneira, ou seja, para apagar incêndios, para limpar determinada região e que isso é observado há muito tempo. Propõe que sejam analisados os resultados junto a sociedade civil. Acredita que falta uma discussão mais aberta e que é a favor do trabalho da intersecretaria. **Silvia** diz que o foco é na substância. **Cecilia Motta** diz que o foco não é no sofrimento em primeiro lugar. **Ricardo Iasi** comenta que só pegando um gancho no que a Cecília falou e que já apontou em outras reuniões, em relação ao porte de drogas que hoje é proibido por lei, sendo um problema para o poder público pensar numa alternativa para implementação de uma sala de uso. Reforça que para isso acontecer é necessário mudanças na lei. **Cecilia Galicio** diz que entende a preocupação do Ricardo sobre a lei de drogas, mas que essa questão é complexa do uso da substância, liberdade do indivíduo adulto e inclusive sobre a lei. Informa que a política de drogas hoje é orientada sobre a convenção internacional de drogas e até as convenções têm seus progressos, de maneira muito lenta, porém caminhando para promover direitos humanos às pessoas que usam drogas. Informa que quando estão falando de um espaço de uso ou um centro de convivência a respeito de drogas, estão oferecendo comida, banheiro, banho, oferecendo orientação a respeito do uso de drogas, nada além de direitos humanos, e que se o objetivo da lei de drogas é a saúde pública, só tem saúde enquanto a pessoa estiver viva, morreu, não será mais necessário. Diz que prefere ver respeitados direitos humanos e o direito constitucional à saúde do que a lei de drogas. **Maronna** diz que o papel do município não é

reprimir penalmente o uso de drogas e nem tráfico, o seu papel na política de drogas é cuidado, atenção, tratamento, assistência, redução de danos, acolhimento. Informa que mesmo sendo proibido, as drogas estão liberadas na prática, sendo um dado da realidade que não pode ser ignorado. Enfatiza que o porte de drogas é um crime de mínimo potencial ofensivo. Fala que pensando em proporcionalidade, deve ser um dos pilares orientadores da atuação do poder público e que este argumento não deve servir de obstáculo para que seja pensando em serviços de implementação como este. Fala que o contexto de drogas está inserido nessa situação de vulnerabilidade mais ampla e que o município não é polícia e não pode ser, pois não tem judiciário, ministério público e defensoria. **Isabel** diz que entende qual é a proposta do conselho, mas acha importante desvincular as coisas. Comenta que o que tem refletido muito, pensando na SMADS juntando com o técnico, é justamente a importância de um espaço de convivência, sejam centros de saúde, núcleos de convivência, mas que garantam atendimento às necessidades básicas, pois acredita que oferta seja um lugar de acolhimento, não no sentido de pernoitar, mas de uma escuta qualificada próximo da cena de uso. Comenta que não acha que a pessoa precisa estar vinculada necessariamente em um espaço de uso assistido. Diz que é uma oferta importante que o Programa Redenção, precisando avançar para além da questão do uso assistido e acha que conseguem garantir direitos nessa perspectiva de ofertar uma série de coisas. Em relação a sala de uso, questiona como irão garantir a qualidade da droga que a pessoa está usando já que o estado não fornece a droga. **Angélica** responde que podem testar. **Isabel** pergunta quanto tempo demora para a testagem. **Angélica** diz que podem fazer testes na hora. **Isabel** comenta sobre a incorporação de tecnologia e infraestrutura, pois não conseguem garantir que droga é e o que tem dentro. Informa ser complexo, mas é a favor do debate e que não gostaria que o COMUDA perdesse o caráter dessa proposta de terem um espaço de convivência, pois independente do uso de drogas, isso é muito importante. **Marcos** diz que é legítima essa preocupação enquanto operadores do governo. **Maronna** acha que o que a Cecília Motta falou nos ajuda bastante a imaginar sobre o uso do álcool. **Marcos** fala que no CAPS isso acontece todo dia e que é uma questão técnica. **Isabel** fala que geralmente tem uma regra de convivência, algo que querem trabalhar na SMADS para ter alguma padronização e que atualmente variam muito de serviço para serviço e isso em geral é um problema, mas que a diretriz é que seja construída junto aos usuários do serviço que vão dizer sobre isso. Comenta que a diretriz que tem dentro dos equipamentos públicos é de não fazer uso de álcool e outras drogas, por exemplo, no SIAT II as pessoas saem do serviço, faz o uso e entra no serviço e que fazem esse manejo da porta de serviço para fora. **Marcos** fala que essa é uma discussão importante, mas acha que é a posteriori, quando de uma possível implementação desse serviço. Diz que pessoalmente reconhece que é muito delicado falar sobre montar uma sala de uso, justamente pela repercussão, mas a proposição no documento é objetiva de ter um CECCO AD. Comenta que foi supervisor de uma UA durante seis anos e traz exemplos da sua abordagem para com os usuários. Informa que o que estão recomendando é um serviço que já é tipificado dentro de algumas especificidades que terão que ter dentro do território central, desse público mais específico do álcool e drogas do território da Cracolândia. **Angélica** comenta que durante alguns anos o "É de Lei" tolerava o consumo, durante alguma festa, reuniões ou assembleias, porém

estavam dentro de um prédio onde havia outras organizações. Diz que a partir de 2019 o prédio proibiu o uso. **Carolina** diz que gostaria de fazer um adendo da Cecília em que ela fala sobre a recomendação, de que todas as políticas, quando entra uma nova gestão, as pessoas se acham poderosas e o que o outro fez é péssimo, tendo uma nova ideia. Comenta que vão entendendo também uma fragilidade nessas políticas, que não são políticas, são leis. Informa que a indicação do COMUDA de pensar no centro de convivência a qual tem a lei municipal é também para poder garantir que se implemente um serviço onde existe uma lei municipal que sustenta esse serviço. Por fim, a indicação de ser um centro de convivência da lei 964, garante que é um direito garantido. **Maronna** informa que em relação ao serviço que não existe hoje é justamente para esse público. Diz que estão falando de uma proposta que visa preencher um vácuo, oferecendo políticas públicas para pessoas em vulnerabilidade, fazendo uso de drogas e que não são capazes de aderir a programas de maior exigência. Reforça que o que estão tentando fazer na reunião é tentar preencher um vazio. **Cecilia Mota** Fala sobre sua formação como fundadora do PROAD e compartilha sua experiência na França e que o oferecimento não pode ser o único, enfatizando que o oferecimento tem que ser variado, pois as pessoas são diferentes. **Angélica** retoma a fala da Cecília sobre a sala de uso de Vancouver, que fica ao lado de um departamento de detox, com duração de 15 dias de internação e que a oferta é para todo mundo. Diz que mandou um link no grupo e que se puderem mandar para todos os conselheiros referente a sala de uso inaugurada em Nova Iorque no ano de 2021, pois conversam com o modelo que pensam, do espaço de convivência, pois se a pessoa quiser fazer o uso, ela vai num lugar específico, tirando o foco da droga. **Marcos** agradece dizendo que foi uma reunião muito rica com ponderações importantes que serão vistas a posteriori a partir da resolução do documento. Acredita que o grupo se dedicou profundamente e que mostra a seriedade do conselho, conselheiros e conselheiras e Angélica, colaboradora da sociedade civil. Fala que espera que o governo possa minimamente ter respeito com o COMUDA e com o trabalho deste grupo. Informa que tiveram muito cuidado com a redação final a fim de não criar grandes embaraços. Agradece ao Guilherme pela participação e as importantes contribuições. Reforça que se aprovado o relatório final, terão duas indicações importantes para serem alteradas, a questão das unidades de acolhimento e a questão dos dados SCP. **Ricardo Iasi** diz que pelo que entendeu na reunião de hoje, alguns apontamentos seriam acrescidos pelo grupo no relatório e questiona se irão votar em algo que não está pronto. **Marcos** responde que acredita que foi consensuado de ter um dado objetivo do SCP para manter o destaque, o parágrafo e a informação objetiva das três Unidades de Acolhimento. **Isabel** pede para fazer um parênteses, informando que os dados do SCP são no seguinte sentido, de que não é uma afirmação que o serviço não é eficiente e isso lhe causa estranhamento. Questiona se estão comparando o serviço com o que é o CAPS, SIAT, e diz que gostaria que isso tivesse algum parâmetro para dizer da eficiência ou não do serviço. **Carolina** diz que quando pegou para retomar a leitura, ficou pensando que talvez não precisasse suprimir mas retirar o termo que pode parecer um julgamento, tirando a adjetivação ao SCP, citando como um dos serviços criados como alternativa. **Marcos** pergunta se é consenso no plenário fazerem a proposta de Carolina de manter o texto tirando a desativação. **Cecilia Motta** acha que a Caronte também deve ser retirada, pois tem que ser um

capítulo à parte. **Ricardo** diz que não acha que o relatório está pronto para ser votado, informando sua posição. Gostaria de exemplificar um fato que foi pouco tempo de ser visto o relatório, informando que ele chegou na quinta-feira e acha que seria essencial que a coordenadoria do redenção pudesse ter tido a chance de se manifestar sobre ele e diz que é por um motivo que eles não tem controle pois a coordenadora Gabrielle não estava presente na quinta-feira na secretaria. Diz que ela é uma pessoa essencial para a política e não está se manifestando sobre o documento. Informa que está representando a secretaria de governo que coordena o redenção e questiona se não poderá opinar. Comenta que acha que é uma perda no processo e novamente questiona sobre a demora do documento e o pouco tempo para votação.

Angélica responde que a coordenadora poderia ter feito a leitura ou ter comparecido à reunião. **Ricardo** diz que esse é um aspecto formal da reunião que não foram observados, como por exemplo, a nova representante da SMDET não foi convocada para a reunião. **Carolina** diz que mandou e-mail para ela. **Marcos** confirma se é a Maria das Candeias e informa que enviou o e-mail. **Ricardo** retoma a questão da reunião ter iniciado sem quórum. **Marcos** contesta pois estão com 25 conselheiros. **Ricardo** comenta sobre o documento que deverá ser alterado, não tendo como aprová-lo. Mantém sua opinião e reforça que o documento não está pronto para ser votado e que fará uma declaração por escrito sobre isso. **Marcos** retoma a questão do quórum, pois atualmente conta com 25 conselheiros e o CONED não tem representação, de modo que nem a Cecília pode votar. Informa que havia oito conselheiros e com a chegada da Cecília Mota e da Isabel já tinham quórum. Reforça que foi enviado o email para a Maria das Candeias que é a nova representante conselheira da Secretaria do Trabalho e que seguiram o que está dentro do regimento interno e do prazo regimental. Contesta que nunca viu a Gabrielle e nenhum gesto da secretaria de governo para participar de alguma reunião ou convidá-los para discutir política pública e acha muito complicado o controle social ficar subserviente a gestão do Programa Redenção. Esclarece que se a Gabrielle quiser conversar estão super abertos. Diz que se esse documento for aprovado, será enviado para a secretaria de saúde, secretário de saúde, secretário de governo, secretário de assistência social, desenvolvimento social, a fim de apresentarem as recomendações e gostaria de ver o que o poder executivo vai fazer ou não em relação a este conselho. **Isabel** apoia Ricardo referente seus apontamentos no documento e que do ponto de vista formal, não faz sentido votar a versão do documento a qual não é a versão final. **Marcos** afirma que sua proposta é votar na integralidade do documento, sem mudanças, pois estão há um ano trabalhando. **Isabel** compreende a pressa da votação, mas gostaria que isso fosse feito em outra reunião. Acredita que essa reunião extraordinária foi essencial para discutir o documento, algo que ainda não tinham feito e se sente contemplada sobre os seus apontamentos, mas que poderia ser a primeira coisa da reunião extraordinária que acontecerá na próxima semana. Sugere que seja enviado a versão final por email. **Marcos** reforça que é somente daqui duas semanas. **Isabel** diz ser sua proposta e que se preferirem votar na versão integral, seu voto será contra, porém, caso fosse na outra reunião, seu voto seria a favor. **Marcos** diz que a ideia é que o processo se encerre hoje, pois já se estendeu muito, apresentando o eixo jurídico, técnico, relatório final, acolhendo a manifestação do plenário, governo e das pessoas, dessa forma mantém sua posição de votar pela integralidade do relatório,

sem as observâncias para que seja encerrado logo. Estando de acordo, pergunta quem vota a favor do relatório final do GT.

A favor

Marcos

Carolina

Cecília Mota

Silvia Cazenave

Cristiano Maronna

Maria Isabel.

Contra

Guilherme Kortaz

Isabel.

Abstenção

Ricardo

Ricardo diz que a matéria não está apta a ser votada. Diz que fará uma declaração e não participará da votação. **Isabel** justifica o seu voto contra, pois essa versão não tem os apontamentos. **Cecilia Galicio** sugere a colocação dos dados do SCP que ainda não tem, sendo incluído no relatório, colocando um adendo, “com relação aos dados do SCP, tendo em vista que foram divulgados pelo poder público no dia tal...” e isso será incluído, assim como: “ com relação a unidade de acolhimento”. **Isabel** diz que a versão está desativada. **Carolina** afirma que as atas têm sido transcritas. **Cecilia Galicio** fala que provavelmente esse relatório não dependerá de ninguém, a não ser quem representa o governo, a continuidade, a efetividade ou a implementação desse serviço, pois só é uma recomendação e que pela primeira vez neste ano o conselho está conseguindo fazer uma recomendação e que isso já é histórico. **Isabel** destaca que o apontamento não é no sentido de barrar, mas justamente no sentido de legitimar esse movimento. **Cecilia Galicio** diz que irão ser contrariados de vez em quando e que é difícil um espaço de discussão, de questões públicas, inclusive, com relação a álcool e drogas e todo mundo sair da reunião concordando. **Marcos** fala que o GT tem o desejo muito grande de que isso seja escutado e avaliado com cuidado. **Carolina** diz que como moradora do centro, deseja que isso seja implementado. **Marcos** comenta que estão na reunião no sentido de contribuir e que enviará ofícios para as secretarias. **Carolina** informa que irá inserir um processo até o final da semana para que seja feito o agendamento. **Marcos** complementa que farão a planilha e apresentarão o documento e quer muito que esse documento possa ser ouvido pelo poder executivo municipal. **Angélica** informa que terá a visita da secretária nacional no dia 12 de maio às 14:00 no Teatro de Container. **Carolina** pergunta se todos assinaram a lista. **Marcos** encerra a reunião.